

# Rendas e portagens entre os aumentos para 2026

written by O Cidadão | 1 de Janeiro, 2026



**Rendas, telecomunicações, bilhetes de transportes e portagens** são alguns dos serviços que vão acompanhar ou mesmo ultrapassar a inflação esperada para o próximo ano, mas há bens de consumo, como a carne e o peixe, cujos preços não vão dar tréguas, devendo aumentar acima desse valor.

Não é, contudo, o caso do pão, para o qual se espera uma ligeira subida, mas abaixo da inflação prevista.

A fatura da eletricidade ficará mais cara 1% no mercado regulado, mas mais barata entre 1% e 0,5% no mercado liberalizado, se o comercializador for a EDP Comercial ou a Galp.

A conta da farmácia também não deverá crescer. Antibióticos, analgésicos, antidiabéticos e outros medicamentos, que custem até 30 euros, não vão subir de preço em 2026.

Estes são os principais aumentos de preços previstos para este ano:

## **Eletricidade**

A fatura da eletricidade para os mais de 800 mil clientes do mercado regulado vai aumentar, em média, 1% a partir de 01 de janeiro. Segundo a ERSE, o regulador do setor energético, a subida traduz-se num acréscimo entre 0,18 e 0,28 euros na conta mensal da luz, já com taxas e impostos.

Assim, a partir do próximo mês, considerando uma potência de 3,45 kVA e um consumo de 1.900 kilowatts-hora (kWh) por ano para um casal sem filhos, o total a pagar será, em média, de 36,82 euros. Já para um casal com dois filhos, com uma potência de 6,9 kVA e um consumo de 5.000 kWh/ano, a fatura média será de 95,03 euros.

No próximo ano, os consumidores com tarifa social vão ter um desconto de 33,8% sobre a tarifa normal, o que se traduz numa poupança média de 13,50 euros para um casal sem filhos, e de 32,95 euros para um casal com dois filhos.

No mercado liberalizado, tendo em conta que a ERSE anunciou para 2026 um aumento médio de 3,5% das tarifas de acesso às redes de eletricidade, que afetam o valor final a pagar pelos consumidores, a EDP Comercial, que lidera neste segmento, anunciou uma descida real de 1%, e a Galp de 0,5% na fatura das famílias.

## **Água**

Cabe a cada município decidir os novos tarifários a aplicar em 2026, mas a tendência deverá ser de agravamento, já que nas tarifas em alta, ou seja, no serviço de captação e tratamento de água que antecede a distribuição, o regulador recomendou uma atualização de 1,8%.

Em Lisboa, a fatura da água vai aumentar em 17 cêntimos

mensais para a maioria dos clientes domésticos da EPAL, a partir de 01 de janeiro.

***“A atualização de preços, para a grande maioria dos clientes domésticos da EPAL, cerca de 85% (consumo médio mensal de 7 m<sup>3</sup> e um contador até 25 mm) é de 17 cêntimos por mês”, anunciou a empresa, informando também que as “tarifas foram atualizadas de acordo com previsão do índice harmonizado de preços no consumidor”.***

## **Gás natural**

O aumento de 1,5% que entrou em vigor em 01 de outubro traduziu-se por uma subida entre 0,21 e os 0,36 euros, em média, na fatura mensal das famílias que permanecem no mercado regulado. A nova tarifa mantém-se em vigor até 30 de setembro.

## **Transportes**

Os preços dos bilhetes nos comboios da CP vão aumentar, em média, 2,26% em 2026, com um bilhete simples de ida no Alfa Pendular entre Lisboa e o Porto, por exemplo, a custar 49,90 euros na classe Conforto e 35,70 euros na Turística.

O custo do Passe Ferroviário Verde e dos passes Navegante e Andante não vai sofrer alterações em 2026.

O Passe Ferroviário Verde (válido na CP) continuará a custar 20 euros mensais, o Navegante Metropolitano (válido em toda a Área Metropolitana de Lisboa) 40 euros mensais, o Navegante Metropolitano (válido num concelho) 30 euros e o Navegante +65, para idosos, manter-se-á nos 20 euros.

No que diz respeito ao Andante, dos transportes públicos da Área Metropolitana do Porto (AMP), o custo da generalidade dos passes mensais é de 40 euros (passe metropolitano) ou 30 euros (municipal ou três zonas).

Já os preços dos bilhetes ocasionais do Andante são atualizados entre 05 e 10 cêntimos de euro, à exceção do

título Z2, que se mantém em 1,40 euros. O Z3 sobe de 1,80 para 1,85 euros, o Z4 de 2,25 para 2,30 euros, o Z5 de 2,75 para 2,80 euros, o Z6 de 3,20 para 3,25 euros, o Z7 de 3,65 para 3,75 euros, o Z8 de 4,10 para 4,20 euros e o Z9 dos 4,55 para 4,65 euros.

A Carris também aumenta as tarifas na cidade de Lisboa em 01 de janeiro. O bilhete de bordo nos autocarros sobe de 2,20 para 2,30 euros, e a tarifa de bordo dos elétricos de 3,20 para 3,30 euros.

Uma viagem pré-comprada de uma hora, em toda a rede da Carris/Metro, custará mais 05 cêntimos de euro, passando de 1,85 para 1,90 euros, enquanto o bilhete de 24 horas Carris/Metro aumenta para 7,25 euros (custa atualmente 7,00), Carris/Metro/Transtejo para 10,35 euros (é de 10,00), e Carris/Metro/CP para 11,40 euros (é de 11,00).

Uma viagem pré-comprada de uma hora, em toda a rede da Carris, com o cartão 'Zapping', que pode ser carregado com montantes entre três e 40 euros, sobe de 1,66 para 1,72 euros.

## **Telecomunicações**

A NOS vai aumentar os preços em alguns serviços em 2026, em linha com a taxa de inflação esperada.

Também a Meo anunciou que subirá os preços no próximo ano, com exceção dos "serviços da marca digital Uzo e da marca para o segmento jovem Moche".

Em 09 de janeiro, será a vez de o preço dos serviços da Vodafone Portugal ser atualizado, "até ao valor máximo da taxa de inflação prevista para 2025".

"A atualização de preços não se aplica a novos contratos ou renovações, feitos a partir de 11 de novembro, do segmento particulares. Não se aplica, também para estes clientes, a pré-pagos e aos tarifários mais recentes, nomeadamente, RED

All In, Yorn Chill e Net+ e oferta Black Friday”, segundo a Vodafone.

Para novas adesões, refidelizações e ‘upgrades’ de serviços empresariais, “a atualização de preços não será aplicada durante os primeiros seis meses, ou seja, até 08 de julho de 2026”.

## **Correios**

Os preços a aplicar pelos CTT em 2026 vão subir em média 6,20%, com o serviço de correio normal nacional (até 20 gramas de peso) a custar mais 4 cêntimos. Os novos preços a praticar nos serviços postais que integram o serviço universal entram em vigor em 02 de fevereiro.

## **Rendas**

O valor das rendas de casa irá aumentar 2,24% em 2026, de acordo com o aviso do coeficiente de atualização de rendas do INE.

Na prática, o aumento equivale a uma subida de 2,24 euros por cada 100 euros de renda, o que significa que uma renda de 1.000 euros deverá aumentar 22,40 euros no próximo ano.

## **Prestação da casa**

Não se anteveem grandes subidas ou descidas nas prestações do crédito à habitação associadas às taxas Euribor nos primeiros meses de 2026.

Desde julho que as taxas de juro do Banco Central Europeu (BCE) se mantêm inalteradas, conduzindo a uma estabilidade das taxas Euribor, nos diferentes prazos de 3, 6 e 12 meses, em redor dos 2%.

Ainda assim, nos contratos de crédito a taxas variáveis, que ainda são a maioria, as revisões das prestações nos próximos meses poderão trazer ligeiras subidas nos prazos mais curtos,

e pequenas descidas nos prazos mais longos.

## **IMI**

O valor médio da construção por metro quadrado, que é tido em conta na fórmula de cálculo do IMI, vai subir 38 euros em 2026, passando dos atuais 532 para 570 euros.

Apesar de contribuir para a formação do Valor Patrimonial Tributário (VPT) dos imóveis, sobre o qual vai incidir a taxa de IMI a pagar pelos proprietários, o novo valor apenas será refletido nas construções novas, nos imóveis objeto de alteração ou de reconstrução ou na sequência de uma nova avaliação.

É a primeira vez que o valor médio de construção aumenta desde 2023.

De acordo com a informação comunicada ao Portal das Finanças ou tornada pública pelas autarquias, citada pelo Correio da Manhã, mais de metade dos 308 municípios do país vai cobrar a taxa mínima do IMI prevista na lei, de 0,3%, no próximo ano.

## **Portagens**

As portagens das autoestradas serão atualizadas em 2,29% em 2026, tendo por base o valor da inflação homóloga sem habitação de outubro, acrescido de 0,1% de compensação às concessionárias.

Este acréscimo resulta do acordo celebrado em 2022 pelo Governo para compensar as concessionárias pelo travão imposto a uma subida de cerca de 10% em 2023.

A partir de abril, deverão ficar isentas de portagens a totalidade da A25 Costa da Prata e Beiras Litoral e Alta, e dois troços da A6 e A2 no Alentejo (entre o nó A2/A6/A13 e Caia, e entre o nó A2/A6/A13 e Almodôvar).

No caso da A6 e A2, a isenção só abrange as pessoas com

residência e as empresas com sede em determinadas “áreas de influência” das duas autoestradas.

Também ficarão isentos de pagamento os veículos pesados na Circular Regional Exterior do Porto (A41) e em parte da A19 e A8, na região de Leiria.

## **Carne e peixe**

A Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição (APED) estima aumentos de cerca de 7% para a carne e para o peixe em 2026, segundo o presidente, Gonçalo Lobo Xavier, avançou em entrevista à Antena 1 e Jornal de Negócios.

Para o dirigente da associação que representa as principais cadeias de hiper e supermercados, como os grupos Continente, Pingo Doce, Lidl e Auchan, “é inevitável” a continuação da subida do preço da generalidade dos alimentos no próximo ano.

## **Pão**

O pão e os produtos de pastelaria deverão sofrer um “ligeiro aumento” de preço no próximo ano, impactados pelos custos laborais, resultantes da subida do Salário Mínimo Nacional (SMN) e pela subida dos gastos com ovos, frutos secos e cartão. A isto poderá acrescer o efeito da possível retirada do apoio do Estado aos combustíveis.

## **Medicamentos**

Antibióticos, analgésicos, antidiabéticos e outros medicamentos que custam até 30 euros não vão aumentar de preço em 2026.

A portaria que revê anualmente o custo dos medicamentos, publicada em 14 de novembro, alarga o número de fármacos vendidos nas farmácias que vão manter o preço no próximo ano.

## **Comissões bancárias**

A isenção da comissão de amortização antecipada de crédito à habitação a taxa variável, destinada a ajudar as famílias mais afetadas pela subida das taxas de juro desde 2022, termina no final deste ano.

O valor da comissão que agora regressa é de 0,5% sobre o valor amortizado antecipadamente, no caso dos empréstimos com taxa de juro variável. Naqueles em que a taxa de juro é fixa, a penalização, que nunca foi suspensa, mantém-se em 2%.

### **Crédito bonificado**

A taxa de juro do crédito bonificado para compra de casa por pessoas portadoras de deficiência vai aumentar 0,06 pontos, de 2,563% para 2,623%, no primeiro semestre de 2026, refletindo a trajetória da taxa Euribor a seis meses, por decisão da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

Na prática, a taxa de referência para o cálculo das bonificações (TRCB) funciona como um “desconto” aplicado sobre a taxa de juro de mercado associada aos empréstimos bancários.